



Anais da Assembléia

N.137

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 03 DE DEZEMBRO DE 1985

ANO XI

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 117.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 1985
TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados José Antônio Fonseca e Basílio Zanusso.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Squarezzi, Antônio Annibelli, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Ezequias Losso, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, José Antônio Fonseca, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (41). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Nelson Buffara, Fiori Luiz, Acir Mezzadri, Amélia Hrushka, Edgard Pimentel, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Fuad Nacli, Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque e Werner Wanderer (17).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação as Atas que acabam de serem lidas. Aprovadas.

O SR. ANTÔNIO BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. IVAN GUBERT (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito a chamada nominal

dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.^o Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É iniciada a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. ANTÔNIO BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, retiro o pedido de verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está aprovada a ata da sessão anterior.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM N. 224/85

Curitiba, 03 de dezembro de 1985.

Senhor Presidente.

Através da presente, venho solicitar a essa Augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Estadual, autorização para que o Vice-Governador do Estado, Doutor João Elísio Ferraz de Campos, possa se afastar do País nos dias 10 a 24 de dezembro corrente, com destino aos Estados Unidos da América do Norte, com vistas a manter contactos com setores empresariais daquele País.

Por oportuno, gostaria de ressaltar que tal afastamento não implicará em qualquer despesa para a Administração Pública.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação para o Projeto de Resolução n. 153/85, constante da Ordem do Dia de hoje em 3.^a discussão.

Sala das Sessões, em 03/12/85.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n. 124/85, constante da ORDEM DO DIA da presente sessão.

Sala das Sessões, em 03/12/85.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação para o Projeto de Lei n. 261/84, constante da ordem do Dia de hoje, em 2.^a discussão.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1985

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, preferência de votação, ao Projeto de Lei n. 273/85, que denomina de JOSÉ ADAMOWICZ o trecho da Rodovia Cândido de Abreu - Reserva.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Douto Plenário, seja apreciado, com Preferência de Votação, para o Projeto de Lei n. 68/85, que objetiva a criação de quatro (4) cargos na estrutura da Secretaria de Planejamento.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1985.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no Regimento Interno, a retirada e o arquivamento do Projeto de Lei n. 261/84, de minha autoria, constante da Ordem do Dia de Hoje.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1985.

(a) ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata da sessão de hoje, um voto de regozijo pelo transcurso do 24.^o aniversário de Palotina.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1985.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

Vinte e quatro anos de história de emancipação política do Município de Palotina não é apenas uma razão de orgulho para o Estado do Paraná, como também se constitui em um legado de estímulo das gerações passadas. Porque isso representa a fé dos paranaenses no Estado do Paraná, e o trabalho daqueles que aqui vieram construir suas vidas.

Palotina é exemplo de prosperidade, principalmente agora com a atuação da administração Quinto Abrão Delazeri e dos atuais Vereadores, que, em conjunto com a comunidade, vem realizando obras de grande alcance social para a população local.

Por estes motivos, este registro nos Anais da Casa, é o mínimo que podemos oferecer àquele digno povo e seus representantes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de solidariedade e apoio ao Sr. Arno Glitz, da empresa Glitz Paraná S/A., na sua luta contra a multinacional Neva/ANDRE. Solicita, outrossim, que este requerimento seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador José Richa, encarecendo a continuidade do seu apoio às reivindicações do Sr. Arno Glitz e o pronto encaminhamento ao Excelentíssimo Sr. Presidente José Sarney do protocolado do Palácio Iguaçu n. 10.706, de 20 de novembro de 1985, no qual o empresário paranaense solicita, mais uma vez, solução para o seu caso.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1985.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Data de 1976 o início do pleito do Sr. Arno Glitz contra multinacional Neva/ANDRE e em nenhum momento foi dada qualquer solução ao caso pelas autoridades da Velha República. Ao contrário, foram inúmeras as dificuldades enfrentadas pelo empresário.

A acolhida favorável que as suas ponderações sempre encontraram da parte do saudoso ex-Presidente Tancredo Neves, do Governador José Richa, do Senador Álvaro Dias, do Deputado Ulysses Guimarães e do Presidente José Sarney, nunca deixaram desanimar e agora, na Nova República, levam o Sr. Arno Glitz a insistir para que se defina esta situação que se arrasta há dez anos.

E, finalmente, a prepotência e a desonestidade da multinacional Neva/ANDRE são ofensivas à dignidade e soberania do nosso

País e de seus cidadãos e não podem ficar impunes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, o envio de telex aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República, José Sarney, e o Ministro da Agricultura, Pedro Simon, solicitando o corte do confisco para a safra cafeeira de 86.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1985.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

Ao percorrermos a região cafeeira do Estado, verificamos que a seca ocorrida nos últimos meses acarretará em grandes prejuízos aos produtores de café, tornando insustentável a situação dos mesmos, sendo que a retirada do confisco amenizará em parte as dificuldades que poderão sofrer.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, no sentido da liberação de recursos orçamentários a serem aplicados no pagamento do 13.^o salário ao funcionalismo público da Municipalidade de Campo Mourão.

A folha de pagamento da Administração Pública Municipal de Campo Mourão representa considerada parcela no orçamento geral da estrutura financeira daquele Poder. O motivo agora justifica-se mais ainda. Tendo em vista o término do ano, a Prefeitura terá que dispor do dobro de recursos, além de outras vantagens que são previstas.

Entretanto, a fim de que tal situação não represente os esperados gastos, faz-se necessário que essa Governadoria do Estado, assim como essa Secretaria das Finanças, viabilizem, dos seus próprios cofres, a ajuda que ambas puderem, atendendo principalmente o apelo do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Campo Mourão, Professor José Pochapski.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER À Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Responsável pelo DSTC-Departamento dos Serviços de Transporte Comercial, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, visando a implantação de novos horários de ônibus entre Campo Mourão e Londrina.

A presente solicitação, quanto à criação de novos horários de ônibus, é de iniciativa do Ilustríssimo Senhor Luiz Caldino Camargo, morador há muitos anos em Campo Mourão. O referido cidadão relata as constantes dificuldades com relação a pouca opção de horários entre a sua cidade até Londrina, principalmente nas primeiras horas do dia, onde não existe qualquer horário entre às 5 e 7 horas.

Neste sentido, seguramente, é de fundamental importância a criação de novas opções, em termos de horários entre Campo Mourão-Londrina, a fim de de os passageiros tenham a tranqüilidade necessária para o seu deslocamento, e, conseqüentemente, evitando os problemas atualmente verificados.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial a Ilustríssima Senhora Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no intuito da liberação de recursos financeiros para a construção de uma quadra de esportes no Colégio Agrícola de Campo Mourão.

Dirigido à formação de Técnicos em Agropecuária, a nível médio, o Colégio Agrícola tem toda a sua estrutura mantida pelo Poder Público Municipal, tendo como Entidade Mantenedora a Fundescam. Em tratando-se de uma instituição responsável pela formação de muitos jovens da região, bem como de diversas outras partes do Estado, é de fundamental importância que o mesmo esteja equipado à altura, no sentido de oferecer reais condições de aprendizagem.

Neste sentido, dentre outras reivindicações levantadas pelo Ilustríssimo Senhor Titto Gerônimo A. Serrano, Diretor daquele conceituado estabelecimento, destaca-se a construção de uma quadra de esportes, visto que, atualmente, os alunos não dispõem de um local apropriado para o desenvolvimento da prática esportiva.

Ademais, vale ressaltar que o Colégio

Agrícola de Campo Mourão, quanto à sua organização, distingue-se por dois aspectos principais: funciona em regime de internato e semi-internato. Principalmente os que residem no Colégio é que sentem mais a falta de uma cancha, notadamente pelo fato de que o lazer e a recreação não é levado a efeito, justamente por tal motivo.

Portanto, acatando também sugestão feita pelo Ilustríssimo Senhor Nery José Thomé, Chefe Regional do Núcleo da Secretaria de Estado da Agricultura, espera-se que essa FUNDEPAR e a Secretaria da Educação, estudem uma forma de possibilitar a construção da pretendida quadra esportiva, concretizando uma antiga aspiração dos estudantes e da direção escolar.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, encarecendo a liberação de recursos de ordem financeira para o pagamento do 13.º salário ao conjunto dos funcionários públicos da Municipalidade de Fênix.

Torna-se indispensável a participação por parte dos órgãos governamentais no que diz respeito a auxiliar no pagamento dos salários aos servidores da Prefeitura Municipal. Principalmente no atual momento, tendo em vista o final do ano; e, consequentemente, as obrigações relativas ao 13.º salário e outros benefícios.

Deste modo, vale ainda lembrar que a Administração de Fênix, tem, no orçamento municipal, as despesas com o funcionalismo como fator preponderante, ante as somas que lhes são destinadas.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, no sentido da destinação de recursos para auxiliar no pagamento do 13.º salário aos servidores públicos municipais da cidade de Engenheiro Beltrão.

Com vistas o término do ano, a Admi-

nistração Municipal de Engenheiro Beltrão, conforme atesta o Excelentíssimo Senhor Prefeito Anésio Rosa, preocupa-se em cumprir suas obrigações para com o setor funcional, que, ante ao 13.º salário, terá que, efetivamente, dispor do dobro de recursos, cujo montante envolve uma grande importância que aquele Poder Público não possui ou mesmo terá sacrifícios para tal.

Nesse sentido, pelos motivos aqui expostos, este requerimento tem o fim especial que essa Governadoria a Secretaria de Estado das Finanças, estudem formas de auxiliar Engenheiro Beltrão, no tocante ao setor funcional da Prefeitura local.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes solicitando a liberação de recursos para a iluminação da Rodoviária PR-317 no trecho compreendido entre o Aeroporto até o centro da cidade de Campo Mourão.

A presente solicitação fundamenta-se em considerações formuladas pelo Ilustríssimo Senhor Luiz Carlos Cavalheri, proprietário de uma Empresa Agrícola na cidade. Ele afirma que naquele trecho da Rodoviária PR-317, que inclusive apresenta grandioso fluxo de veículos, em suas margens necessitam que melhorias sejam implantadas, no sentido de oferecer maior segurança, tanto aos motoristas quanto às diversas pessoas que transitam de bicicletas ou mesmo a pé.

Assim, a implantação de iluminação no referido trecho vem de encontro às aspirações dos habitantes, uma vez que, também, contribuirá em muito para a diminuição dos acidentes que têm ocorrido, face a ausência de melhor estrutura, tanto para as indústrias, fábricas, outros tantos estabelecimentos comerciais e residenciais ao redor da PR-317.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor-Presidente da CAFE DO PARANÁ - Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do

Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, no intuito da ampliação do parque de máquinas dessa Companhia no seu escritório localizado na Municipalidade de Campo Mourão.

Existem apenas e tão somente uma máquina para prestar atendimento a Campo Mourão e mais outras dezenove cidades que compreendem a região Centro-Oeste do Estado. Este único equipamento não atende às necessidades mínimas da vasta região, formada por inúmeras propriedades, grandes produtoras de grãos e responsáveis pela criação de vários animais.

Diante de tal realidade, é inadiável que essa Companhia e Secretaria de Estado da Agricultura elimine tais transtornos, determinando o envio de equipamentos que sejam suficientes para prestar assistência nos trabalhos ruralistas, à altura do potencial da região, principalmente num momento que, conforme destaca o Ilustríssimo Senhor Nery José Thomé, Chefe do Núcleo da SEAG, sediado em Campo Mourão, pretende-se desenvolver o Programa "Pró-Várzeas" em diversos municípios.

Eis, pois, os motivos apresentados, que se acredita serem suficientes para as medidas sejam tomadas, dotando a região de mecanismos pelos quais serão possíveis garantir um melhor desenvolvimento agropastoral naquela parte do Estado.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da COPASA - Companhia Paranaense de Silos e Armazéns, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, encarecendo a realização de reformas gerais no armazém dessa Companhia, localizado na Municipalidade de Campo Mourão.

A unidade armazenadora da COPASA existente em Campo Mourão há muito tempo que não recebe qualquer tipo de produto agrícola para estocagem. A constatação é feita pelo Ilustríssimo Senhor Nery José Thomé, Chefe do Núcleo Regional da Secretaria da Agricultura. Ele afirma que tal situação, sem nenhuma dúvida, só tem acarretado uma série de dificuldades, principalmente em relação ao conjunto dos pequenos agricultores, os mais prejudicados, pois os mesmos têm inclusive tido prejuízos, face a não disporem de um local para guardar os seus produtos.

Deste modo, é de vital importância que

a COPASA e Secretaria da Agricultura liberem recursos para a realização de reformas gerais nas instalações da referida unidade, fazendo com que a mesma possa novamente atender a uma gama de proprietários rurais.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Governador do Estado, solicitando atendimento à solicitação de melhoria na Escola Estadual José de Anchieta, Município de Londrina. Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Resultado dos debates ocorridos no dia D da Educação no Paraná, a comunidade escolar do Colégio José de Anchieta encaminhou em 08/10/85 reivindicação de melhorias nas instalações físicas do estabelecimento dirigido ao Excelentíssimo Senhor Governador e Excelentíssimo Senhor Secretário da Administração.

Contando com a apreciação favorável da Inspeção de Ensino de Londrina, é imprescindível que também o Poder Legislativo Estadual se manifeste apoiando e aprovando este requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado requerimento ao Ilustríssimo Senhor JULIANO PIMENTEL NEIVA DE LIMA, Presidente da PARANATUR, cumprimento pela eleição à Associação Brasil Sul de Turismo e Vice-Presidente da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira.

A Associação Brasil Sul de Turismo é uma entidade que congrega os órgãos governamentais que atuam na área de turismo nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e pretende incrementar as atividades turísticas nestes Estados.

A representativa eleição do presidente da Paranatur para esta Associação demonstra que o Paraná é um dos Estados que mais promove o turismo na região Sul do País. Mais uma vez está evidente o trabalho do Governador José Richa na área do turismo, responsável pelo crescimento dessa indústria no Estado e mantendo Foz do Iguaçu como o segundo pólo turístico do Brasil.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1985.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado requerimento ao Excelentíssimo Senhor FERNANDO CHIGNONE, Secretário de Estado da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, manifestando nossas congratulações pela eleição como Presidente do Forum de Secretários de Cultura do Brasil.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1985.

(a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

A eleição do Excelentíssimo Sr. FERNANDO CHIGNONE à Presidência do Forum de Secretários de Cultura do Brasil, órgãos que congrega todos os Secretários de Cultura dos Estados brasileiros, eleva a representação do Paraná na esfera nacional. Trata-se de um órgão de assessoramento ao Ministro da Cultura e isso muito bem traduz e reconhece o trabalho que o Governo do Paraná faz na área da Cultura. O Governador José Richa se projeta ainda mais a nível nacional com atividades tão dignas representadas pelo Secretário da Cultura e do Esporte do Paraná, o que evidencia também a seriedade e o respeito que o PMDB administra nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa, o Editorial O ENCONTRO DA ANJ E O PAPEL DA IMPRENSA, publicado originariamente no Jornal "A Tarde", de Salvador, e republicado pelo Jornal "O Estado do Paraná", desta Capital, dando-se ciência aos Diretores de ambos os órgãos de Imprensa.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A realização do Encontro da Associação Nacional de Jornais, em Salvador, Bahia, significou um momento alto para a consolidação do regime democrático brasileiro. Como destaca o editorial cuja transcrição é solicitada, "a ampliação das garantias ao exercício da liberdade de imprensa, e os instrumentos indispensáveis à sobrevivência e ao fortalecimento dos jornais e outros meios de comunicação social", constituem "condição indispensável ao pleno alcance" das aspirações e ideais que

outras nacionalidades já atingiram". -

O editorial em questão destaca ainda, pontos que a atividade jornalística deve trilhar no Brasil que se democratiza, entre eles a desvinculação entre o serviço público representado pela Imprensa e a militância política; o risco de engajamento político de editores de jornais em desarmonia com as linhas principais definidas pela sociedade e a importância da liberdade de expressão e de opinião, que, na citação do texto do artigo de fundo daqueles jornais, "a sociedade reputa como atributo indispensável à concretização dos seus ideais de justiça e de igualdade".

Com efeito, "a prática democrática de nossos dias evidencia a importância da opinião pública, desenvolvida a partir das informações livremente veiculadas na Imprensa, para o funcionamento do sistema representativo pluralista. Essa participação de todos os cidadãos, na formação da vontade política, se exerce de modo intermitente através de eleições, mas de modo permanente através da opinião pública", como propõe Ulrich Scheumer.

Por estas razões, julgamos apropriada a transcrição do editorial em causa, por destacar o prestígio que esta Casa de Leis tem pelo trabalho e missão da Imprensa na renascida Democracia Brasileira.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 318/85.

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º - Fica declarada de Utilidade a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, com sede e foro no Município de JARDIM ALEGRE.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA de Jardim Alegre, que pretendemos seja declarada de Utilidade Pública, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e assistencial, fundada em 1964, com a finalidade de dar proteção e assistência à maternidade e à infância, assistência social e promoção humana junto aos menores carentes e abandonados, sem distinção de raça, cor, condição social, crença religiosa ou política, educando-os e orientando-os com o fim específico de integrá-los a qualquer tempo

à sociedade.

Com a explanação supra, é que estamos solicitando aos nobres Pares, o devido apoio para o presente plano de lei, como também sua posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N. 319/85.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art.1.º - Fica denominada de RODOVIA ISSA JABUR a Rodovia PR-450, no trecho que interliga os municípios de Centenário do Sul a Porecatú.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 1985.

(a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

Nossa intenção ao elaborar o presente plano de lei é de prestar uma sincera homenagem a um homem público que muito lutou pelo engrandecimento da região Norte do Paraná, mas precisamente à cidade de Porecatú.

Issa Jabur, recentemente falecido, deixou um legado de trabalho e honestidade. Bom chefe de família, lutou pelo progresso da cidade, elegeu-se Veredador em 1968, sendo na ocasião o mais votado do município.

Com seu desaparecimento, ficou uma lacuna a ser preenchida na sociedade local, razão pela qual apresento o presente projeto, a fim de se prestar uma justa homenagem, que tenho a certeza terá o total apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N. 320/85.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art.1.º - Ficam declarados de Utilidade Pública, as entidades constituídas no Estado do Paraná, integrantes das instituições "LIONS CLUB DO BRASIL" e "ROTARY CLUB DO BRASIL".

Art.2.º - Para os fins previstos no artigo anterior, consideram-se as entidades filiadas e devidamente registradas junto às Associações Internacionais do Lions Club e Rotary Club.

Art.3.º - Fica extensiva a declaração de Utilidade Pública, prevista no art. 1.º, às sociedades organizadas por segmentos destas entidades que dedica-

rem à assistência social, filantrópica ou cultural. (Casa da Amizade, etc).

Art.4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03/12/85.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Nossa intenção ao apresentar o presente plano de lei é o de adequar nossa legislação aos moldes da legislação federal, pois a Lei n. 5.575, sancionada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República em 17 de dezembro de 1969, reconhece de utilidade pública, todas as unidades do Lions Club e Rotary Club, de nosso País.

É de reconhecimento público que os Lions Club, Rotary Club, Casa da Amizade e demais organizações por eles criados, são instituições que desinteressadamente servem à população em geral, mais precisamente aos menos favorecidos.

Com o presente projeto de lei, se estará propiciando uma economia processual, visto que, a finalidade de todas as entidades é o de servir indistintamente as comunidades de nosso Estado.

PROJETO DE LEI N. 321/85

A Assembléia legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão", com sede e foro no Município de Francisco Beltrão.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03/12/85.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem se destacando junto à comunidade de nosso Estado e em particular no Município de Francisco Beltrão.

As suas atividades, conforme relatório que anexamos ao presente, comprovam a sua efetiva e notada atividade em prol do desenvolvimento de suas finalidades estatutárias.

A documentação que acompanha a presente proposição, comprova o preenchimento das exigências legais previstas pela Legislação Estadual, pertinentes à matéria.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nossos Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, inscrito.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Encaminhamos à Mesa desta Assembléia Legislativa do Estado, requerimento de nossa autoria, ao qual peço o apoio dos Senhores Deputados, requerimento este, solicitando envio de telex ao Senhor Presidente da República, José Sarney, e ao Senhor Ministro da Agricultura, Pedro Simon, pela razão de, após percorrermos vários municípios do Norte paranaense, sentimos o grande desespero que existe entre os produtores de café; neste requerimento, solicitamos apenas que haja uma compreensão por parte da área do Governo Federal, retirando o confisco do café em 1986, pelo menos para que dê oportunidade a todos os produtores, que, nessa safra de 86 pelo menos, venham a empatar, com os seus produtos.

Observamos que o Paraná, hoje, passa por uma grande preocupação por essa estiagem que vem trazendo prejuízos não só à lavoura cafeeira, mas aos demais aspectos da produção do nosso Estado. Por isto é que estamos preocupados, pedindo, através desta tribuna, da Assembléia Legislativa do Estado, S.O.S. aos produtores de café do nosso Estado; sentimos, também, que não só o Estado do Paraná atravessa essa dificuldade, pois é do nosso conhecimento, que Minas Gerais também está abalada pela grande estiagem!

Temos certeza que providências serão tomadas, porque, sempre, ao usarmos esta tribuna, dissemos que, a grande saída deste Estado e deste País, seria através da agricultura, e se não dermos esse respaldo, essa oportunidade de incentivarmos o plantio do café em 1986 acima de tudo, para evitarmos o número de homens vagando pelas periferias das grandes capitais aumentando o número dos "bóias-frias", fatalmente é o que ocorrerá!

Só há uma saída para isto, uma solução para isto, é, o incentivo, para que possamos retornar o café ao nosso Paraná oferecendo opções de emprego, oferecendo condições de segurança às famílias paranaenses.

Confiamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, no Senhor Presidente da República, no Senhor Ministro da Agricultura, confiamos em que haverão de arrumar pelo menos uma saída para que os nossos produtores sejam beneficiados!

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Temos acompanhado, com atenção, a intensa movimentação da classe docente no decorrer deste último mês. A tônica principal da pauta de reivindicações ora apresentada ao Governador e à sua assessoria na área econômica, é o piso salarial de 3 mínimos. Até aí nada de extraordinário nessa solicitação, já que como os próprios professores ressaltaram, ela encontra-se dentro da linha programática do PMDB ou seja, a remuneração condigna dos professores os quais sempre figuraram, "entre as camadas mais oprimidas pela política salarial do ensino, passa diretamente pela melhoria substancial dos salários dos mestres.

Porém, a recente resposta do Palácio Iguaçu, ao negar o atendimento à reivindicação, foi a falta de suporte financeiro para tal aumento. Também aqui temos que ter a necessária isenção para avaliar que realmente o Estado não teria, de momento, condições para arcar com mais esse ônus. E falamos com a convicção plena de que aquilo que está ao alcance do atual Governo Estadual, ele tem prontamente atendido, principalmente no setor educacional. 13.º salário, semestralidade, equiparação dos aposentados, equivalência salarial das aulas CLT e extraordinárias, concurso de 1.ª a 4.ª série, tudo isto são conquistas conjuntas de professores e Governo, o qual a educação figura em 1.º plano, tenta conciliar as solicitações mais justas.

Mas o que me traz hoje a esta tribuna, é uma situação "sui generis". Uma antiga solicitação da classe dos professores, finalmente atendida pelo Governador JOSÉ RICHÇA, está sendo barrada nesta Casa. Refiro-me ao projeto de Lei n. 285/85 oriundo da Mensagem 199/85, o qual está, desde o dia 29 de outubro passado, aguardando para ser apreciado na Comissão de Constituição e Justiça. Realmente não dá para entender como é possível que uma Assembléia em que o Governo é maioria, fique protelando a votação de uma matéria que, além de ser sugestão do próprio Governador, virá traduzir-se em conquista dos professores paranaenses tão logo seja convertida em lei. É evidente que por atitudes destas ou semelhantes é que o Poder Legislativo é visto com descrédito, pois nem quando temos condições de resgatar excelentes conquistas, não o fazemos com a atenção que o assunto merece.

O Projeto de lei n. 285/85 vem reparar as injustiças ocorridas com a aplicação da lei n. 7208/79, a qual discriminou o professor suplementarista que na época tinha outro cargo público, mesmo que legalmente acumulável com cargo de professor. Para beneficiar-se do enquadramento previsto na

lei n. 7.208/79, foi exigido, à época o pedido de exoneração daqueles que tinham outro cargo público. Com a sanção deste projeto de lei, estes professores ficam a fazer parte do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, corrigindo-se uma odiosa distorção de quase sete anos, atendendo-se finalmente as aspirações de numerosos professores que, em decorrência de outra situação funcional legal, não foram abrangidos.

É justamente este o motivo da nossa indignação. Uma velha e justíssima reivindicação da classe docente, possível de ser convertida em importante vitória do Governo e desta Casa, só não o é pela nossa própria inoperância. Comprometemo-nos a resgatar a idoneidade do Poder legislativo pela nossa própria atividade, e a lutar contra as discriminações do passado. A passividade só aproveita a quem deseja denegrir a boa imagem que estamos construindo! Vamos apreciar e votar o Projeto de Lei n. 285/85 e entregar nas mãos dos docentes, mais uma grande conquista".

Além disso, Senhor Presidente, quero aproveitar a ocasião de lembrar à Mesa e lembrar à Casa, projetos nossos engavetados neste Poder desde 1983:

Projeto de Resolução n. 81/83, está no Departamento Legislativo desde o dia 28 de setembro de 1983. Projeto de Resolução n. 5/84, está na 1.^a Secretaria desde o dia 23 de abril de 1984. Projeto de Resolução n. 79/84, está na 1.^a Secretaria desde o dia 27 de junho de 1984. Projeto de Lei 89/84, está em diligência junto à SEED desde o dia 8 de agosto de 85, como se este Poder ficasse na dependência de diligência junto ao Poder Executivo. Ou esse Poder tem independência de discutir e legislar ou vai ser mais um apêndice do poder autoritário que regeu nos últimos 20 anos.

Projeto de Lei n. 92/84, está na Secretaria de Educação desde o dia 22 de maio de 84. Projeto de Resolução n. 98/84, junto à Comissão Executiva desde o dia 12 de setembro de 84. Projeto de Lei n. 175/84, está em regime de urgência, está paralisado desde o dia 3 de julho de 1985. Projeto de Resolução n. 203/84, está para ser relatado desde o dia 09 de agosto de 1985. Projeto de Lei n. 208/84, está para ser relatado desde o dia 20 de agosto de 1985. Projeto de lei n. 264/84, em regime de urgência, está junto à Secretaria de Finanças desde o dia 07 de agosto de 1985.

(É retirado o som).

Continuarei amanhã, Senhor Presidente, denunciando estes casos.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

a palavra ao Senhor Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupo hoje esta tribuna para externar, mais uma vez, a minha indignação diante de uma evidente injustiça que se arrasta, já por vários anos. Falou-se aqui desta tribuna, há pouco, da demora do processo legislativo; mas, muito mais demorado é o processo que se arrasta, envolvendo a firma Glitz Paraná S/A. Trata-se da luta de um empresário paranaense contra uma multinacional, especificamente do Senhor Arno Glitz - da Glitz Paraná S.A., com sede nesta Capital, contra a multinacional Neva-ANDRE, uma das cinco maiores multinacionais do ramo de cereais, cuja sede mundial se localiza em Lausanne, na Suíça.

Não é a primeira vez que abordo a luta deste exportador brasileiro contra esta famigerada multinacional. Queria crer que se acabou o império das multinacionais, com o advento da Nova República. Assim espero. Mas como desde 1976 até hoje nenhuma solução foi dada ao caso, o nosso sentimento de solidariedade humana, o nosso compromisso com a justiça e com a Pátria brasileira e a verdade e o nosso renovado sentimento de soberania nacional, exigem que se volte ao assunto.

Seja-nos permitido dizer, em relação ao Senhor Arno Glitz, que a sua capacidade de perseverar e de conservar a esperança numa solução justa, são virtudes humanas que lhe tem permitido enfrentar as maiores adversidades e são seguro indício de sua grande força moral e de que a sua luta pela verdade, pela justiça e pela soberania nacional. Se assim não fosse, ele já teria desistido desta autêntica guerra de Davi contra Golias.

De fato, é necessária uma convicção inquebrantável para lutar pela justiça, quando isto se dá contra uma multinacional como a Neva/ANDRE, tão poderosa quanto desonesta, e quando se esbarra com a frouxidão e a indiferença das autoridades competentes como a das autoridades da Velha República.

A análise do processo, processo que o Senhor Arno Glitz coloca à disposição de todos os interessados, coloca em choque dois procedimentos frontalmente opostos. De um lado o descaso e até mesmo a cumplicidade de determinadas autoridades, como a do ex-Presidente Paulo Lyra, do Banco Central e a do ex-Diretor da CACEX, do Banco do Brasil, Benedito Moreira, devidamente denunciados pelo cidadão Arno Glitz, em sua correspondência, entrevistas e depoimentos concedidos.

De outro lado, a esperança por uma solução justa recebeu estímulo de pessoas

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo

como a do Senador Álvaro Dias, dos Deputados Federais Hélio Duque e Ulisses Guimarães, do então Senador e hoje Governador José Richa, e do saudoso ex-Presidente Tancredo Neves, quando ocupava uma cadeira do Senado da República. Assim como também do então Senador e hoje Presidente da República, José Sarney.

Mas, apenas votos de solidariedade, apenas compromissos de apoio e até hoje se arrasta este problema por mais de uma década.

É esclarecedor que nesta luta de um empresário brasileiro contra a desonestidade de uma multinacional, tenha ele recebido das autoridades da Velha República a indiferença, ao passo que daqueles que hoje são autoridades da Nova República, a solidariedade. É a diferença entre os vassalhos dos interesses de estrangeiros com que conduziu este País e o Brasil da Nova República num sentimento de dignidade nacional e de soberania.

Só esperamos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que não demore tanto quanto demorou a Velha República para tratar deste assunto.

No entanto, a situação continua pendente e por isso é necessário que a Nova República avance para além de gestos de solidariedade e tome medidas concretas que encaminhem a solução deste caso, conforme a promessa do Presidente José Sarney de solucionar todas as irregularidades e atos de corrupção ainda pendentes.

Por esta razão encaminho nesta data requerimento de apoio ao pleito do Senhor Arno Glitz, dirigido ao Governador José Richa, solicitando o seu apoio e a sua intercessão junto ao Presidente José Sarney, para que haja uma definição deste caso.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho à tribuna neste momento para anunciar que 5.^a feira darei entrada no projeto de lei junto à Mesa a fim de que com a discussão de matéria que trarei à Assembléia possa o Poder Legislativo se posicionar contra a respeito do que eu considero de mais grave nas administrações públicas quer federal, quer estadual, ou seja, o comprometimento da receita tributária como despesa de pessoal e custeio que ano a ano reduzem dramaticamente a capacidade dos Estados de investimentos, e que estão a inviabilizar as administrações públicas de diversos Estados.

O Rio Grande do Sul, por exemplo, já não consegue com a sua arrecadação tributária pagar despesas de pessoal e custeio. O Rio Grande do Sul lança mão de operações de crédito para poder simplesmente, manter a máquina, porque despesas correntes com receitas correntes apresentam sempre um déficit orçamentário.

O Paraná está chegando próximo do limite de tolerância e a continuar na mesma curva de crescimento da despesa com pessoal e custeio, passaremos em breve a ter déficit a serem cobertos com operações de crédito para simplesmente poder ser mantida a máquina administrativa do Estado do Paraná.

Nós Deputados somos receptores e transmissores de pressões. Recebemos uma época de recessão que, felizmente, nos parece estar saindo o Brasil desta fase, pressões para conseguirem emprego numa máquina já ociosa e inchada. Como não temos a possibilidade de dar o emprego não nos sentimos também no direito de dizer não e acabamos passando de receptor a transmissor de pressão e, pressionamos o Governador e Secretários para conseguir um emprego, que na maioria das vezes negam, mas que acabam cedendo a tanta pressão e colocando mais um, dois, três e assim continua o inchamento da máquina estatal.

Se houvesse uma legislação que protegesse o Estado, não estaríamos correndo um sério risco de ver inviabilizada a administração pública estadual.

As medidas agora deste recente Pacote Econômico Federal, refletem bem esta necessidade de termos mais recursos para investimentos. O déficit da União é de tal forma descomunal que se lança mão de novos impostos, mais carga tributária não se toma uma atitude mais corajosa de diminuir as despesas da máquina.

Tiram-se recursos do sistema produtivo, da atividade privada e produtiva para tornar esses recursos ociosos, mantendo uma máquina ociosa.

Quinta-feira, Senhor Presidente, Senhores Deputados, apresento um projeto de lei em que, diante deste quadro preocupante que já se abate sobre o Paraná, tenta de forma disciplinada, coibir o contínuo inchamento da máquina, sem ao mesmo tempo gerar desemprego.

Portanto, a minha vinda à tribuna, hoje, Senhor Presidente, é para fazer este anúncio deste projeto que apresentarei, que espero que seja amplamente discutido nas Comissões Técnicas da Assembléia, na Comissão de Finanças principalmente para que possa ele, ao curso das discussões, ser aperfeiçoado e possa vir a, depois de aprovado, ser por todos defendido e garantida a sanção governamental, é a contribuição que espero dar, sem a qual acho meu

mandato inútil, porque não posso ver de braços cruzados este quadro aumentar de gravidade, sem nada propor e sem nada fazer.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Não há oradores inscritos no Grande Expediente.

Concedo a palavra no Horário das Lideranças, à Liderança do PMDB.

Com a palavra o Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

O Paraná vive nos dias de hoje, quem sabe, momentos de dificuldades jamais vividos na história da sua agropecuária, e ao se analisar as dificuldades por que passa a agropecuária paranaense, teremos com toda certeza que analisar também a dificuldade por que passa o povo do nosso Estado.

Nós que aqui nascemos neste Estado do Paraná e que portanto temos raízes bastante sólidas neste Estado, até hoje não tínhamos visto nem ouvido falar, que em nenhum momento da história do Paraná, seca, estiagem de monta e significância como a que vem ocorrendo no presente momento havia ocorrido.

Se não bastasse, Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma série de fatores que ao longo dos últimos anos veio a desestabilizar, veio a criar enormes e sérios problemas ao meio rural, hoje estamos a nos deparar com esta estiagem que vem realmente assolando a agricultura e a pecuária paranaense, a ponto de, em algumas circunstâncias e alguns tipos de culturas, podermos considerá-las totalmente inviabilizadas para o presente momento.

Se na história da agricultura e da pecuária paranaense, vamos encontrar momentos em que medidas econômicas adotadas pelos governos, principalmente os Governos Federais, que nos antecederam, vamos encontrar que a agricultura de certo modo e a pecuária também foram penalizadas.

Nas sessões anteriores, quando aqui já viamos falar dos problemas da agricultura e da pecuária paranaense, lembrávamos de que hoje, se formos buscar a nível de instituições financeiras oficiais, não vamos encontrar nenhum programa, nenhum projeto sequer de financiamento às atividades pecuárias, não só no Estado do Paraná, mas em todo o Brasil.

Nós que no passado tínhamos o PROTEC, tínhamos o P.D.P.L., tínhamos tantos e tantos outros programas de financiamento e estímulo às atividades pecuárias, neste País, nos últimos anos, tudo foi eliminado

e nada mais existe.

A Agricultura, por seu lado, também vem pouco a pouco tendo as suas atividades desestimuladas. O crédito rural até determinado momento, era e foi fator de desenvolvimento e prosperidade ao meio rural, vem, de uns anos para cá se transformando num dos agentes de destruição da nossa agricultura e da nossa pecuária, pelos moldes e pela maneira como vem sendo aplicado.

Vale dizer, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que no nosso Vale do Ivaí, região central do Paraná, a exemplo de outras regiões do nosso rico Estado, estamos vivendo, no presente momento, dias de intranquilidade até, em função, principalmente, da falta de mão-de-obra, e esta falta de mão-de-obra, leva os nossos trabalhadores rurais, os bóias-frias, a não terem o seu ganho diário, e por conseguinte não terem condições de adquirir a sua alimentação, levam em algumas circunstâncias, em alguns municípios do nosso Estado a uma situação de expectativa, de modo, até de possíveis saques que possam ocorrer, motivados pelo estômago vazio, pelo desespero desses seres humanos.

Embora fatos dessa ordem, desta grandeza, ainda não estejam ocorrendo no nosso Vale do Ivaí, mas, lá, fatos piores estão a ocorrer. Muitos e muitos pequenos proprietários rurais não só, vejam bem, em função da presente estiagem que ocorre, no Vale do Ivaí, em todo o Paraná e em muitas regiões do Brasil, mas, principalmente pelo insucesso obtido pelas suas atividades rurícolas, nos últimos tempos, estão perdendo as suas propriedades rurais. Conhecemos casos e temos certeza do que vamos afirmar aqui, de pessoas, que, ao longo dos últimos 30 anos, na condição de pioneiro e desbravador, entrou pelo Vale do Ivaí, desbravou a mata, constituiu a sua família, conquistou e comprou a sua propriedade, e hoje, por apenas um lapso de sua parte, por apenas um erro que haja cometido no seu trabalho, como pessoa ligada ao meio rural, vê ele, um Banco, seja ele oficial ou não, roubar a sua propriedade rural, que mais de 30 anos lhe custou de trabalho para conquistá-la, no primeiro insucesso seu, no primeiro insucesso, muitas vezes não motivado pela incompetência sua, ou pela falta de seu trabalho, por condições climáticas, por condições de ordem creditícia do Governo Federal, vê-se este agricultor na condição de um marginalizado, de um bandido, até poderíamos dizer, tendo a sua propriedade confiscada por um Banco até oficial, poderíamos dizer, e vendo o trabalho da sua família, de uma geração, de um homem que queimou a sua pele no campo, trabalhando para alimentar os brasileiros e até mesmo os estrangei-

ros, e vem o nosso Governo, até mesmo a Nova República, tirar o único instrumento, que tem, de trabalho e de luta que é a sua propriedade rural.

Portanto, Senhor Presidente, é de lastimar que fatos como estes ainda estejam a ocorrer.

Concedo o aparte ao Deputado Gilberto, para em seguida concluir.

O Sr. Gilberto Carvalho- Caro Deputado, Vossa Excelência levanta um assunto de suma importância.

A nossa região vive hoje uma situação aflitiva aos pequenos agricultores, principalmente naquela região de São João do Ivaí, e quando se fala em reforma agrária, comentei há poucos dias aqui nesta Casa, a primeira reforma que precisa é a reforma agrícola, é dar garantia e condição de permanência a este pequeno agricultor que já está na lavoura, está saindo e vindo para os grandes centros, aumentando as favelas. Este é o 1.º passo, é a prioridade um, segurar quem está na lavoura, porque se o Governo não tem capacidade para segurar quem está na lavoura, quem está produzindo, quem está passando por toda essa dificuldade, com os juros elevados, não vejo e acaba sendo desacreditada a reforma agrária, porque se o Governo não tem capacidade para assegurar quem está na lavoura, ele não vai levar mais gente para a lavoura, adquirir terras e oferecer condições para lá permanecer. A primeira prova de capacidade para a reforma agrária é dar condições para quem está na lavoura, e a demonstração queremos ver agora, a prorrogação desses débitos por frustração de safras, porque se fosse o agricultor que abandonou, que não tratou, que é mau trabalhador, está certo. Mas, estamos vendo que houve condições climáticas que impossibilitaram a produção e que está colocando em desespero muitos agricultores.

Por isso, nosso apelo para que o Governo tome providências urgentes para poder creditar a reforma agrária.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu é que agradeço, Deputado Gilberto, e é muito oportuno esse seu aparte, e até nos permitimos concluí-lo em nosso pronunciamento, eis que Vossa Excelência há muitos anos vem representando nesta Assembléia Legislativa o Vale do Ivaí; e, a partir de 1982, nós, juntamente com Vossa Excelência estamos aqui a falar pelas causas do nosso Vale do Ivaí. E, no último sábado, estivemos na cidade de Lunardelli, participando da reunião mensal da Associação dos Municípios do Vale do Ivaí- AMUVI - e lá, ao lado de Vossa Excelência, já podíamos alinhar alguns pontos de vista acerca do que vem

acontecendo realmente em nosso Vale do Ivaí.

Já participamos de diversos movimentos lá em São João, Lunardelli e em outras cidades e, na época, pedindo preços para a comercialização do algodão; pedindo que os juros fossem baixados, que houvesse uma maior atenção do Governo Federal para com os agricultores, que recursos destinados a custeio àqueles agricultores prejudicados fossem prorrogados. E, infelizmente isso, na maioria dos casos não ocorreu, e, hoje, está provocando aquilo que é de nosso conhecimento e do conhecimento de Vossa Excelência, porque conversamos com diversas pessoas lá na cidade de Lunardelli que já tiveram suas propriedades confiscadas por entidades bancárias, pelo fato de não poderem ter tido a condição de honrar esses pagamentos, pelas frustrações que tiveram, não - como disse Vossa Excelência, por desleixo por vontade desse agricultor, mas, por condições externas, sejam elas de ordem climática, ou seja ela de política creditícia neste País.

E Vossa Excelência quando diz acerca de reforma agrária, reforma agrícola, vem, mais uma vez, se somar ao nosso pensamento, e ainda sobre isso dizíamos ontem, aqui nesta Assembléia, numa roda de amigos, de que o Norte do Paraná, a região Central do Paraná, deveria servir de exemplo para este plano nacional que foi inscrito para a reforma agrária.

Uma verdadeira reforma agrária se fez no Vale do Ivaí, no Norte do Paraná, os Deputados daquela região conhecem a distribuição fundiária, e conhecem como foi que se desenvolveu e como aconteceu o desbravamento da nossa região. E hoje o que estamos assistindo e vendo acontecer não só no nosso Vale do Ivaí, não só no Norte do Paraná, mas também nessas regiões? São pequenas propriedades rurais, se tornando inviáveis no dia-a-dia, são pessoas oriundas da propriedade rural que, trabalhando - e eu cito o exemplo até de meu pai, que é um pequeno produtor rural em Jardim Alegre - e, a cada ano que passa, mais se inviabiliza. E aí nós ficamos a fazer o questionamento: o que é que está acontecendo que não está certo?

Muda-se a exploração, muda-se o tipo de cultura, deixa-se de financiar, financia-se, faz PROAGRO, não faz PROAGRO, e a coisa não endireita.

Então, realmente, Deputado Gilberto e demais companheiros, Senhor Presidente, o que nós precisamos, no nosso entendimento, neste País, é, antes de mais nada, definir, realmente, uma política agrícola de fato, uma política agrícola realmente que volte a priorizar - se este for o verdadeiro interesse do nosso Governo - priorizar a pequena propriedade rural, porque

nós estamos cansados de ouvir dizer que vamos priorizar o meio rural, vamos priorizar, principalmente, o pequeno produtor rural, e vamos priorizar, aquele que produz alimento para o consumo interno e nada disso acontece.

Eu não entendo como sendo prioridade, no mesmo instante em que um agricultor do porte do proprietário da Fazenda Itamarati, receba o mesmo tratamento, talvez, do que o agricultor que vai plantar três alqueires de feijão, não tem cabimento uma coisa dessas, se a pessoa for plantar culturas de subsistência e de alimentação, destinadas ao nosso consumo interno, teria que ter de fato, aí sim, o subsídio, porque essa pessoa não vai fazer com esse dinheiro especulação, não vai dar a esse dinheiro uma destinação diferente daquela que ele pretende quando vai buscar o financiamento. Portanto, Senhor Presidente, era apenas um alerta daquilo que vem acontecendo hoje, no nosso Estado do Paraná, que já é do conhecimento do nosso Governador, que já tomou alguma medida no sentido de liberar recursos, já liberou 10 bilhões de cruzeiros destinados à formação de frentes de trabalho, para que esses bóias-frias não fiquem ao desamparo, não fiquem ao desalento, e que corramos o risco de iniciado um processo de deturpação da ordem, é que nós, neste momento, mais uma vez, trazemos a essa Assembléia assunto desta natureza, para que todos nós Deputados, possamos melhor avaliar o quadro aí presente e possamos pressionar, se for assim o entendimento de todos, o Governo Federal, no sentido de que tome medidas urgentes e imediatas, no sentido de se prorrogar as dívidas oriundas de explorações agrícolas e pecuárias, que tiveram frustração, que se procure de fato, priorizar a pequena propriedade rural, lhe concedendo financiamentos a juros subsidiados, e que se procure realmente, dar ao homem do meio rural, a atenção e o valor que ele merece.

Concedo aparte ao Deputado Artagão Mattos Leão.

O Sr. Artagão Mattos Leão: Gostaria, Deputado Orlando Pessuti, de parabenizá-lo por esse seu pronunciamento, e tanto Vossa Excelência como nós que atuamos muito no interior, que viemos mantendo contato amigável com o pequeno agricultor, com o pequeno trabalhador rural, sabemos que isso que Vossa Excelência falou nesta oportunidade, da tribuna desta Casa de Leis, é a expressão da verdade. Nós encontramos como Vossa Excelência também se referiu, lá na região do Vale do Ivaí, agricultores com safras frustradas, primeira, segunda safra, e inclusive proprietários de dez, doze, quinze anos, pequenos proprietários, mas proprietários, vendendo suas propriedades

por 20%, 20% de preço que realmente vale, procurando desta maneira pagar os bancos. Realmente exige uma atenção ao pequeno agricultor, ao pequeno lavrador, vamos deixar de palavras e vamos partir imediatamente para a ação, portanto Deputado Orlando Pessuti, aproveitei essa oportunidade para parabenizá-lo, porque é um tema que o Governo, tanto estadual, como federal, deve dar a máxima atenção e no menor espaço de tempo possível.

Muito obrigado nobre Deputado Orlando Pessuti.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury): A Mesa concede mais alguns minutos para a conclusão do seu discurso.

O Sr. Mário Pereira (Aparte) (Assentimento):

Eu queria, como seu tempo está esgotado, Deputado Pessuti, só me parabenizar, parabenizar com seu pronunciamento, e aproveitar a oportunidade para dizer que os problemas porque passam os pequenos agricultores, nós podemos em certa escala dizer que é o mesmo problema porque passam os sem-terras do Paraná. Houve em toda mobilização pró-reforma agrária, pessoas que se aproveitaram desonestamente da mobilização dos sem-terras, querendo tirar partido, única e exclusivamente político, e acabaram, de certa forma, traçando a reforma agrária. Veja que conseguiram colocar na cabeça do agricultor sem-terra do Oeste, que ele tem que receber terra no Oeste, mesmo que se desaproprie propriedades produtivas, que ele não pode sair do seu "habitat", quando sabemos nós, que do Oeste do Paraná ninguém ali nasceu, os agricultores dali vieram de outros locais, e, portanto, quem ali está também pode ir para outros locais. Eles vieram pressionados por uma política que os expulsou do campo, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, se vieram aqui para o Oeste paranaense, como estão no Mato Grosso, no Acre, em Rolândia, no Paraguai. E agora se tenta dizer que não se pode tirar o agricultor sem-terra do oeste, e não pode ir para o Mato Grosso, por exemplo, ele tem que permanecer no seu "habitat". Ora, isso tudo faz com que se acirrassem os ânimos, a contra-pressão aumentasse muito e o Governo se sentisse manietado. E hoje o que é que nós sentimos, o que nós verificamos, é que a Reforma Agrária se existe no papel, na prática, não existe nada, e que levou o Governador Richa inclusive a pedir providências e agilidade por parte do Governo Federal.

E assim é, que, quando os sem-terras na realidade precisavam de apoio, para que fosse bem direcionado o seu movimento, acabou o movimento atrapalhando a si pró-

prio. E assim é também com os pequenos agricultores, que de Governo para Governo se diz que a prioridade é o campo, e eles continuam vendendo as suas terras, fazendo a anti-reforma agrária, por falta de apoio efetivo e concreto à atividade agrícola do pequeno produtor rural, que é o que dá maior produtividade tanto em Santa Catarina como no Paraná, e como no Rio Grande do Sul.

Parabenizo-me com o vosso pronunciamento, Deputado.

SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, da mesma forma o do Deputado Artagão Mattos Leão; e agradeceria o tempo que nos foi dado pela Presidência, para que pudéssemos ouvir os apertes dos nobres companheiros, e daríamos então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, essa nossa participação no Horário da Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra à Representação do PDT. Declina).

Concedo a palavra à Representação do PFL.

O Sr. Gilberto Carvalho - Ocupa o horário o nobre Deputado Gabriel Manoel.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ocupa a tribuna o representante do Norte velho, o nobre Deputado Gabriel Manoel.

A Mesa comunica às Lideranças que, tendo em vista a nova representação do Partido Comunista Brasileiro, nesta Casa, cada Liderança, a partir desta data, terá 12 minutos.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, Vossa Excelência me inclui no rol desta decisão douda da Mesa?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa, infelizmente, não pode incluir Vossa Excelência no rol, mas todos os Partidos.

O SR. GABRIEL MANOEL - Mas, Vossa Excelência, encantado, deveria ter incluído o anelito representante também, do grande Partido que foi o PMDB, para que não haja discrepância.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É que a Mesa considera Vossa Excelência, muito amigo.

O SR. GABRIEL MANOEL - Encantado, encantado, Senhor Presidente, e "Cessa tudo que da antiga musa canta", Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

O Sr. Orlando Pessuti - Concede-me um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, na sequência queria que Vossa Excelência começasse a descontar as ingerências dignas de meus companheiros. Dizendo Presidente, que apoio em gênero, número e grau, o pronunciamento do nobre Deputado que representou a Liderança do Partido Governamental, mas, ao invés de virmos aqui Deputado Orlando Pessuti, a fazer desta Assembléia um muro de lamentações.

Vossas Excelências têm o canhão, e nós temos o bodeque, porque os pequenos agricultores pertencem à classe desolada deste Paraná, e desta Terra de Santa Cruz.

Por que não vão diretamente com o grande chefe, com o grande cacique, que é o Governador do Estado, a dialogar, e exigir, Deputado Orlando Pessuti, ao seu Ministro da Agricultura, que dê a César o que é de César?

Esta tribuna da Assembléia Legislativa, foi feita para que nós déssemos apenas um consolo para o povo que padece por falta de justiça. Por que não reunimos homens que mandam, dar um "puxão de orelha" no Ministro da Agricultura. Por que não dar um puxão de orelha nos homens que comandam a área econômica do Brasil. Não quero chamá-lo de demagogo, mas para inocente Vossa Excelência não serve, para inocente, Vossa Excelência com a capacidade, com o tirocínio que tem da política brasileira, não serve, há de se dizer aos "puxa-saquistas", do Ministro Pedro Simon, para que ele norteie a política dos pequenos agricultores, para que ele, juntamente com a sabedoria dos homens do PMDB não desiludam uma grande parte da Nação brasileira.

De nada adianta, Deputado Orlando Pessuti, vir a esta tribuna e chorar como "Madalena Arrependida". De nada adianta Vossa Excelência ao seu Partido e aos seus Ministros, chorando como se aqui fora o "Muro de Lamentações". Vossa Excelência não serve para ser ingênuo ou inocente. Ou Vossa Excelência passa por ingênuo, o que eu não acredito, ou então, passa por inocente útil, que também não acredito. Como pode "peixe vivo viver fora da água fria", como pode Vossa Excelência querer, num passo de magia, querer confundir a esse eleitorado, a esse povo paranaense, a vir chorar e a lamentar uma falha do seu governo.

Deveria, Deputado Orlando Pessuti, dizer ao seu Ministro alto e bom som, porque Vossa Excelência tem capacidade e a sua bancada tem o gabarito e o seu Governador tem o Poder, de dizer ao Ministro da Agri-

cultura e aos homens da área econômica. Basta, basta de trair o povo, basta. É a primeira, é a segunda, é a terceira traição do povo. Vossa Excelência não tem o direito de vir aqui a esta Assembléia, para usar de uma tribuna e dizer que tem a força de uma formiga, quando Vossa Excelência e o seu Partido tem a força de um elefante.

O Sr. Orlando Pessuti - Mas eu não falei nem em formiga e nem em elefante.

O SR. GABRIEL MANOEL - Vossa Excelência tem esse direito. Deveria lembrar do adágio popular: "quem cala, consente". Reunam a sua Bancada e vão ao seu Ministro, vão aos homens, vão aos homens que, numa inflação galopante de 15 a 18%, tem a destreza de catalogar na poupança dos humildes brasileiros, 11%. Não tenha vergonha. Esta República, a Velha República não mentia, a Velha República numa inflação galopante, numa espiral inflacionária de 15 a 16% o Ministro da área econômica, sem o verdadeiro pudor do homem digno faz um enxugamento que até agora nós não entendemos, de 15 para 11%, contrariando a Fundação Getúlio Vargas.

E onde estão Vossas Excelências que não reclamam? Vossas Excelências me fazem lembrar um episódio e um adágio, onde diz: "Faça o que eu mando, mas não faça o que eu faço".

E eu fico a sofismar, como dizia Malba Tahan, onde estão os lutadores do PMDB em benefício da terra e da bandeira. Onde está esta gente, Senhor Presidente, onde está esta gente do meu Paraná? A Nova República, num passe de magia, enxuga uma inflação galopante, uma inflação galopante, imprensa do meu Paraná, sem uma voz, mesmo que se fora como a nossa do deserto, de 18 a 20%, miraculosamente bandeada para 15%. E aposmente, como dizia Odorico Paraguçu, enxugada para 11%.

Onde estão os homens que defendem o pequeno agricultor? Porque dar terra, para os bancos acabarem com a vida do lavrador?

Eu queria complementar o meu raciocínio, para dizer a Vossa Excelência: deveria haver uma voz de protesto, uma voz dos grandes líderes brasileiros para que cessasse esta esculhambação na Nova República. Para que cessasse os Louva a Deus, para que cessasse a fábrica de terno de nycron, dos senta-levanta. Para que cessasse, Senhor Presidente, e para que os homens viessem aqui, falar a verdade. Não defender o agricultor. Quando eles podem defender com os seus Ministros das áreas econômicas e com o seu Ministro Pedro Simon, o grande gaúcho que entende, que bota o paletó nas costas e dá as costas para o povo humilde de nossa terra.

Eu acho que Vossa Excelência, meu amigo, com a devida vênica, devia ter um pouquinho de calor no rosto.

Ir à tribuna e desafiar o seu Ministro, para que unidos como num bloco monolítico, defendêssemos a nossa terra e a nossa gente, defendêssemos verdadeiramente, sem palhaçada. Defendêssemos o agricultor, defendêssemos o nosso povo.

De que vale dar terra aos sem-terras se amanhã ou depois eles são usurpados. Vejamos a situação dos agricultores do nosso Paraná: Os pequenos estão sacrificados. E nós, estamos aqui a sofismar, eu, Vossas Excelências e vir nesta beleza de tribuna de mármore e dizer que isto não vai bem.

De que adianta isto, Deputado? Guerra é guerra, Deputado Orlando Pessuti! (Tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nobre Deputado Gabriel Manoel, o seu tempo está esgotado e eu concedo-lhe mais um minuto para a conclusão do seu raciocínio.

O SR. GABRIEL MANOEL - Encantado, Senhor Presidente.

Ou Vossas Excelências tomam uma posição, ou nós estamos fadados a ver retornar apenas uma pequena parcela e entregarmos a rapadura para quem queira defender o Paraná e sua gente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Presidência consulta à Liderança do PDS, se deseja fazer uso de seu horário? (Declina).

A Presidência consulta à Liderança do PCB, se deseja fazer uso do seu horário? (Declina).

Encerrado o Horário das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à
ORDEM DO DIA,

Com a presença de 41 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Mensagem n.224/85 subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, solicitando autorização para que o Senhor Vice-Governador do Estado, possa se afastar do País nos dias 10 à 24 do corrente mês, com destino aos Estados

Unidos da América do Norte. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n.124/85, constante da Ordem do Dia, da presente Sessão. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução n.153/85, constante da Ordem do Dia de Hoje em 3.ª discussão. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando preferência de votação, nesta Sessão e nas subseqüentes, ao Projeto de Lei n.273/85, que denomina de "José Adamowicz, o trecho da Rodovia Cândido de Abreu - Reserva. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.68/85, que objetiva a criação de quatro (4) cargos na estrutura da Secretaria de Planejamento. Aprovado.

De conformidade com os requerimentos votados, acima aprovados:

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.124/85, de autoria do Deputado Ivan Gubert, que dispõe o cálculo da gratificação de que trata o inciso III, do art.172, da Lei n.6174, de 16/11/70, dever-se-á considerar como vencimento a importância devida ao servidor como remuneração básica de seu cargo, acrescida dos percentuais, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL Da C.C.J., e SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade e PARECERES FAVORÁVEIS da C.F. e C.R.H. ao SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação o Projeto de Lei n.124/85, e o Substitutivo Geral. Em votação o Substitutivo Geral. Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo. O projeto irá à 3.ª discussão.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.153/85, (Ex-Projeto de Lei n.134/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, pertencente ao município de Barbosa Ferraz, a fim de consultar à sua população visando a criação do município de Corumbataí do Sul. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.273/85, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR E OUTROS, que denomina de JOSÉ ADAMOWICZ o trecho de Rodovia PR-239, compre-

endido entre a cidades de Cândido de Abreu e Reserva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.68/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.92/85), que objetiva a criação de 04 (QUATRO) cargos de provimento em Comissão, de Assessor, símbolo DAS-5, na estrutura da Secretaria de Estado do Planejamento. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e EMENDA, por unanimidade e PARECER FAVORÁVEL DA C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. COM EMENDAS DE PLENÁRIO.

Em votação as Emendas: Emenda de n. 01, de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho. Aprovada.

Em votação a emenda de n.02, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso. Aprovada.

Em votação o projeto. Aprovado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

31 Senhores Deputados responderam a chamada.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu gostaria de solicitar a extração de uma certidão dos Senhores Deputados que compareceram nesta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Responderam a chamada nominal 31 Senhores Deputados. Há "quorum" para deliberação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa irá proceder a verificação de votação do Projeto de Lei n.68/85. Os Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se. Aprovado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Pediria a Vossa Excelência para proclamar o resultado da votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Os Senhores Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

30 Senhores Deputados aprovam o proje-

to. Nenhum rejeita. Aprovado o projeto.

Passaremos à apreciação do restante da matéria da Ordem do Dia:

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.199/85, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO DISTRITO DE SÃO SEBASTIÃO, com sede e foro no Município de Toledo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.200/85, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO JARDIM PORTO ALEGRE, com sede e foro no município de Toledo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.201/85, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE FORMOSA DO OESTE, com sede e foro no município de Formosa do Oeste. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.203/85, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PRÉ-SINDICAL DOS CONDUTORES AUTÔNOMOS DE VEÍCULOS, com sede e foro no município de Toledo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.213/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.174/85), que autoriza o Poder Executivo doar ao município de Centenário do Sul área de terras medindo 10.440,00m², destacada do lote n. 111, Gleba 2, situada na Colônia Centenário, com benfeitorias objeto de transcrição n. 9745 de 12/09/60, do Livro 3-H, fls. 245, do Cartório do Registro Geral de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Jaguapitã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.220/85, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GUARANIAÇU - APAE, com sede e foro no município de Guaraniaçu. Com PARECER FAVORÁVEL

da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.226/85, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que autoriza o Poder Executivo a reverter ao Município de Jataizinho, os lotes datas n.10 e 12 da quadra 14; lote n.09 da quadra 14; e lotes datas n. 01, 03, 05, 07, 09 e 11 da quadra 15, todos da zona urbana de Jataizinho, de propriedade do Estado, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.230/85, de autoria do Deputado MÁRCIO ALMEIDA, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal, no valor de 01 (um) salário mínimo aos portadores de Hanseníase definitivamente incapacitados para o trabalho e sem condições econômicas de sobrevivências e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.233/85, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que denomina de RODOVIA PREFEITO MISDEI MORESCHI a rodovia PR-546, que interliga os municípios de Floresta/Itambé a Bom Sucesso. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.236/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO e FIORI LUIZ, que denomina RODOVIA FRANCISCO DELIBERADOR, a estrada que ligará Ibiporã - Sertãoópolis, PR-090. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.239/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.183/85), que objetiva autorizar o Poder Executivo, permutar terreno com área de 3.659,16m², no município de Paulo Frontin, por outro do domínio do município de Paulo Frontin, com área de 5.167,51m², conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.240/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.185/85), que objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder a doação, ao municí-

pio de Piên, de terreno e benfeitorias nele existentes, situado a rua L, na sede da Municipalidade, objeto de Transcrição n.368, do Livro 3-A, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Negro. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.247/85, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO BAIRRO PARQUE INDUSTRIAL, com sede e foro na cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.264/85, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO SANCARLENSE DE PROTEÇÃO AO EXCEPCIONAL - ASPE, com sede e foro no município de São Carlos do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.270/85, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a PASTORAL DE BAIROS RESPONSÁVEL PELAS VILAS MESSIAS E ANTÔNIO, esta ligada à Paróquia Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro no município de Marialva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.38/83, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que autoriza o Poder Executivo criar a 20.^a Subdivisão Policial com sede no município de Nova Esperança. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.S.P., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.40/85, de autoria do Deputado OSVALDO A. FURTADO, que dá nova redação ao Art.15 da Lei n.4617, de 16/07/62, conforme especifica. (Orçamento do Estado consignará anualmente, importância nunca inferior a um mínimo de 1% de sua renda tributária em favor do Instituto de Assistência ao Menor). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.128/85, de autoria do Deputado NELSON BUFFARA e outros, que cria sob a forma de Fundação,

a Universidade Estadual do Litoral e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade ao Substitutivo Geral da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.115/85 (Mensagem n.123/83 - ex-Proposição n.107/85), oriundo do Parecer aprovado, por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e municípios de Enéas Marques, Francisco Beltrão e Umuarama, objetivando respectivamente, a realização do I Encontro de Produtores de Leite: a realização da EXPOBEL englobando seis exposições; e realização da XII Feira Exposição Agropecuária e Industrial. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - - Do Projeto de Resolução n.116/85 (Mensagem n.127/85 - ex-Proposição n.115/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, EMOPAR e os Municípios mencionados objetivando execução de obras de reparos nas Delegacias de Polícia. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.117/85 (Mensagem n.132/85 - ex-Proposição n.120/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e Municípios mencionados, com a participação da COMEC, objetivando aplicação de recursos financeiros do PME/PR, na implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte público de passageiros. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM DISCUSSÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.118/85 (Mensagem n.137/85 - ex-Proposição n.123/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprovam Convênio celebrado em 13.05.82, entre o Estado do Paraná e a CIC, com interveniência do município de Curitiba, objetivando desenvolvimento do Programa de Industrialização do município de Curitiba. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.119/85 (Mensagem n.142/85 - ex-Proposição n.124/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná sob o n.105/85, em 31.07.85, através da Secretaria do Planejamento e a SUDESUL, figurando como intervenientes a Secretaria da Agricultura, ACARPA/EMATER, IAPAR, ITC, CAFE DO PARANÁ, com objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.120/85 (Mensagem n.143/85 - ex-Proposição n.125/85), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através das Secretarias do Planejamento, da Agricultura e do Interior e da COPEL, com a TELEPAR e o Município de Curitiba, objetivando execução da 1.^a etapa do Projeto UNIBASE, na região Metropolitana do referido Município. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.121/85 (Mensagem n.145/85 ex-Proposição n.127/85), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e Município mencionados, com interveniência da FAMEPAR, objetivando aplicação de recursos financeiros do Programa Especial para Desenvolvimento da Infra-Estrutura dos Municípios-Cota Estadual do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.122/85, (Mensagem n.146/85 ex-Proposição n.129/85), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado em 20/02/85 entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Cultura e Esporte e Municípios mencionados, objetivando prover os Municípios de equipamentos esportivos, com vista à execução do Projeto de Polarização do Esporte. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.123/85, (Mensagem n.149/85 ex-Proposição n.132/85), oriundo do Parecer aprovado por

unanimidade da COMISSÃO DA CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a CEF, de 14/02/80 e do seu termo aditivo de 16/05/83, objetivando aplicação de recursos do Programa Especial de Módulos Esportivos-PEME com vista à implantação de módulos esportivos nos municípios de Ivaí e Salto do Lontra. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.124/85, (Mensagem n.153/85 ex-Proposição n.135/85), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio n.299/85, celebrado em 16/08/85, entre o Estado do Paraná e o município de Santa Mariana, com vista à aplicação de recursos financeiros do Programa de Ação Municipal - PRAM. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.125/85, (Mensagem n.159/85 ex-Proposição n.139/85), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Protocolo de cooperação celebrado entre o Estado do Paraná e o Estado do Mato Grosso do Sul, com interveniências da Secretaria da Indústria e do Comércio, objetivando cooperação técnica entre os signatários com vista à execução de um Programa de Implantação de Microdestilarias de Alcool no Estado de Mato Grosso do Sul. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.126/85, (Mensagem n.161/85 ex-Proposição n.141/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Indústria e do Comércio e a Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, objetivando cooperação técnica e financeira com vista à execução do Programa de Microdestilarias de Alcool. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.127/85, (Mensagem n.164/85 ex-Proposição n.144/85), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com a Fundação de Ensino Superior de Pato Branco, nas datas e com os

objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 128/85, (Mensagem n. 165/85 - ex-Proposição n. 145/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Indústria e do Comércio, o município de Telêmaco Borba e a Indústria Klabin do Paraná de Celulose S.A., com objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 129/85, (Mensagem n. 168/85 - ex-Proposição n. 148/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, com interveniência da EMOPAR, objetivando construção de prédios destinados a abrigar unidades da Polícia Militar nos Municípios de Marilândia do Sul, Guaraniaçu e Jaguariaíva. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 130/85, (Mensagem n. 160/85 - ex-Proposição n. 140/85, oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 13/03/85, através da Secretaria da Indústria e Comércio, e o Ministério da Indústria e Comércio, objetivando cooperação técnico-financeira com vista à dar continuidade na execução do Projeto "Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista da Região Metropolitana de Curitiba". EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 134/85, (Mensagem n. 163/85 - ex-Proposição n. 143/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com partes e datas que especifica, visando execução do Projeto "Pesquisa e Cadastramento Industrial para elaboração do Catálogo de Produtos Paranaenses". EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 135/85, (Mensagem n. 166/85 - ex-Propo-

sição n. 146/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os Municípios mencionados, com interveniência do DER, visando a execução de obras integrantes do Projeto "PROSAFRAS". EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 136/85, (Mensagem n. 169/85 - ex-Proposição n. 149/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Estado da Segurança Pública, com a interveniência da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, com as partes, datas e objetivos que especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 137/85, (Mensagem n. 172/85 - ex-Proposição n. 152/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o INCRA, objetivando ação coordenada entre o INCRA e o Estado para execução de ações fundiárias, compreendendo as atividades de assentamento de 354 (trezentos e cinquenta e quatro) famílias de agricultura no Município de Manguaçu. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 139/85, (Mensagem n. 181/85 - ex-Proposição n. 153/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 15/08/85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os Municípios mencionados com participação da COMEC, objetivando execução e implementação de atividades constantes do "III PROJETO EBTU/BIRD, Subprojeto PROPAV", que visa implantação de obras que beneficiem o Sistema de Transportes Públicos. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 140/85, (Mensagem n. 157/85 - ex-Proposição n. 137/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 22/02/85 entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério do Trabalho, com interveniência da Secretaria da Indús-

tria e do Comércio, da Secretaria de Emprego e Salário e da DRT/PR, com vista à implementação do SINE, no Estado do Paraná. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 141/85, (Mensagem n. 167/85 - ex-Proposição n. 147/85), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, com interveniência da EMO-PAR, objetivando execução de reparos nas Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas das Municipalidades mencionadas. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere.

Senhores Deputados que aprovam o projeto n. 141/85, queiram levantar-se. Aprovado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, tenho impressão que Vossa Excelência está com uma boa lente aí para enxergar que tem 30 Deputados aqui. Não tem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Olhos de "lince" Senhor Deputado, mas vou proceder a verificação.

Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Trinta Senhores Deputados aprovam o projeto. Mais alguma dúvida, Senhor Deputado?

O SR. ANTÔNIO BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, tem 25 Senhores Deputados, não sei onde estão os outros cinco.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aprovado o projeto, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 142/85, (Mensagem n. 170/85 - ex-Proposição n. 151/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, de 18/04/85, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios mencionados, objetivando ação conjunta para execução de obras integrantes do PROJETO PROSA-FRAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 143/85, (Mensagem n. 182/85 - ex-Proposição n. 154/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, com Município de Cambira em 05/08/85, visando fomentar a cafeicultura local através da produção, embalagem e distribuição de mudas de café; com Município de Ribeirão Claro em 12/08/85, visando formação de viveiros de mudas de café para restauração da cafeicultura paranaense. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 144/85, (Mensagem n. 189/85 - ex-Proposição n. 156/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 16/09/85, entre o Estado do Paraná e o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com interveniência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano e da Secretaria de Estado do Planejamento, objetivando preparação do "Sub-Projeto Aglomeração Urbana Londrina - Maringá/METRONOR" do Projeto Especial Cidades de Porte Médio". EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 145/85, (Mensagem n. 158/85 - ex-Proposição n. 138/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 25/01/85, entre o Estado do Paraná e a Telecomunicações Brasileiras S/A., com interveniência da Secretaria da Indústria e do Comércio, com objetivos mencionados. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 146/85, (Mensagem n. 162/85 - ex-Proposição n. 142/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com as partes e nas datas que especifica, visando execução do Projeto "Caracterização de Alternativas e Identificação de Oportunidades de Investimentos" nos Municípios mencionados. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 154/85, (ex-Proposição n. 71/85), oriundo

do PARECER DA COMISSÃO DO ORÇAMENTO aprovado por unanimidade, e que referenda nos termos do art. 5.º, da lei n. 7.986 de 05/12/84, os Orçamentos das Fundações, Empresas Públicas, Autarquias e Órgãos de Regime Especial, para o exercício de 1985, todos constantes do Decreto n. 4684 de 02/01/85. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 261/84, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO E OUTROS, que dá nova redação ao parágrafo 1.º do Art. 5.º da Lei n. 6.639, de 05/12/74, introduzido pela lei n. 7.771, de 13/12/83, na forma que especifica e dá outras providências. (Será computado para todos efeitos legais, pelo FEPPA, o tempo máximo de 4 anos). Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o projeto de Lei n. 261/84, constante da Ordem do Dia de hoje, em 2.ª Discussão. Retirado pelo autor.

E também sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando a retirada e o arquivamento do Projeto de Lei n. 261/84, de sua autoria constante da Ordem do Dia de hoje. Aprovado. Fica portanto, retirado o projeto e seu respectivo arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei n. 89/84 e 92/84, encarecendo o funcionamento das cantinas das Escolas da Rede Oficial de Ensino, e dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1.º e 2.º Graus, da Rede Oficial de Ensino. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o projeto de Lei n. 24/85, encarecendo a transformação em Fundação Estadual a Fundação Faculdade de Educação Ciências e Letras de Cascavel - FECIVEL. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 24.º aniversário do município de Palotina. Aprovado. À Diretoria Legis-

lativa.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do Editorial "O Encontro da Anj e o Papel da Imprensa", publicado originalmente no jornal "A Tarde", de Salvador, e republicado pelo jornal "O Estado do Paraná". Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando o envio de telex aos Senhores Presidente da República e Ministro da Agricultura, encarecendo o corte do confisco para a safra cafeeira de 1986. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de solidariedade ao Senhor Arno Glitz, da empresa Glitz Paraná S/A., na sua luta contra a multinacional Neva/ANDRE, bem como, encarecendo ao Senhor Governador do Estado, o pronto envio do conteúdo das suas reivindicações ao Presidente José Sarney. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário das Finanças, encarecendo a liberação de recursos orçamentários a serem aplicados no pagamento do 13.º salário ao funcionalismo público no município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Responsável pelo DSTC - Departamento dos Serviços de Transporte Comercial, por intermédio da Secretaria dos Transportes, visando a implantação de novos horários de ônibus entre os Municípios de Campo Mourão e Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de recursos financeiros para a construção de uma quadra de esportes no Colégio Agrícola do Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Presidente da COPASA, por intermédio da Secretaria da Agricultura, visando reformas gerais no armazém da mesma, no Município de Campo Mourão. Aprovado. À Di-

retoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da CAFE DO PARANÁ, por intermédio da Secretaria da Agricultura, objetivando a ampliação do parque de máquinas da mesma, no seu escritório localizado no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário das Finanças, objetivando a destinação de recursos para auxiliar no pagamento do 13.^o salário aos servidores públicos municipais de Engenheiro Beltrão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário das Finanças, encarecendo a liberação de recursos financeiros para o pagamento do 13.^o salário aos funcionários públicos do Município de Fênix. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando a liberação de recursos para a iluminação da rodovia PR-317, no trecho entre o Aeroporto até o centro do Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Governador do Estado, encarecendo o atendimento à solicitação de melhoria na Escola Estadual José de Anchieta, no Município de Londrina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de cumprimento ao Senhor Presidente da PARANATUR, pela sua eleição à Associação Brasil Sul de Hoteleira. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, manifestando congratulações pela eleição como Presidente do Fórum de Secretários de Cultura do Brasil. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira dia 04, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de lei n. 219/84.

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 38/83, 40, 68, 124, 128 e 273/85 e dos Projetos de Resolução n. 115 a 130/85, 134 a 137/85 e 139 a 146/85.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 154/85.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANIBAL KHURY, EM SESSÃO DO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 1985.

"O ENCONTRO DA ANJ E O PAPEL DA IMPRENSA"
Jornal "O ESTADO DO PARANÁ"
Oswaldo M. Lima Júnior.

Dirigentes e proprietários de jornais estiveram por dois dias em Salvador, debatendo e analisando a situação atual e os rumos futuros da imprensa no Brasil, no primeiro encontro nacional desse gênero no País. A iniciativa da Associação Nacional de Jornais (ANJ), verificou-se em um momento particularmente importante para a sociedade brasileira.

Em primeiro lugar, o encontro de diretores de jornais sucede às recentes eleições municipais, um acontecimento que confere à imprensa, e sobretudo à imprensa escrita, participação das mais importantes em razão da dupla missão que lhe cabe: a de divulgar, por um lado, os acontecimentos do dia-a-dia e, de outro, a de contribuir para a formação da opinião pública.

Em segundo lugar, o que realça ainda mais a oportunidade desse encontro, que teve A TARDE como anfitriã, é o momento que vive o País, uma fase de transição em sua vida política, que deverá culminar com a realização, no próximo ano, da eleição de uma Assembléia Constituinte, a qual se encarregará de lhe dar um novo estatuto político. A Constituição que deverá surgir em seguida irá definir a direção que deverá tomar a sociedade brasileira, na consolidação de sua vocação democrática e no estabelecimento de bases mais seguras para o seu futuro.

Por todas estas razões, a avaliação feita nesse encontro é de importância fundamental, não apenas para os jovens em si, mas sobretudo para a sociedade. Trata-se, afinal, de fixar o posicionamento dos órgãos de comunicação na conjuntura que estamos vivendo, como, de igual modo, definir o real valor a ser conferido ao papel da imprensa no texto da futura Carta Constitucional.

Foi com esta visão que os dirigentes de jornais tanto examinaram os problemas

que afetam a sua economia interna - questões, por exemplo, relacionadas com o fortalecimento, a modernização e a introdução de novas tecnologias nessa área - como cuidaram, da mesma forma, do debate a respeito do direito à informação na futura Constituição.

São temas que estão intimamente interligados. A ampliação das garantias ao exercício da liberdade de imprensa, e os instrumentos indispensáveis à sobrevivência e ao fortalecimento dos jornais e outros meios de comunicação social. Um não existe sem o outro - e ambos, em países como o nosso, que ainda lutam pela afirmação e a consolidação de aspirações e ideais que outras nacionalidades já atingiram, constituem condição indispensável ao pleno alcance desses objetivos e à garantia do desenvolvimento normal do processo capaz de viabilizá-los.

Não sem razão, um dos temas de maior repercussão no encontro foi, justamente, a análise do papel desempenhado pelos jornais na recente campanha política nas capitais. Em duas delas pelo menos - Rio e São Paulo -, observou-se que a escolha feita pelos eleitores não sintonizava com o que vinham refletindo os jornais à base de pesquisas de opinião durante todo o desenrolar da campanha política. Isto é, os jornais e os institutos de pesquisas davam uma provável vitória a candidatos que, afinal, foram derrotados.

Chamava-se a atenção com esse exemplo, para um importante aspecto da comunicação, ou um princípio do qual não se podem distanciar os órgãos da comunicação: sua identificação com a opinião pública. E concluiu-se, então, que os jornalistas e os homens de imprensa, de um modo geral no Brasil, não estão sabendo exatamente o que a sociedade espera deles, nem souberam, também, aferir os seus anseios.

A crítica, ou a autocrítica, melhor dizendo, é de todo procedente. Os fatos

estão aí para comprová-lo.

Contudo, eles refletem menos um erro deliberado em que porventura tenha incorrido a imprensa do que o excessivo valor dado pelos jornais às pesquisas de opinião, incapazes de retratar a fidelidade integral da opinião e tendências coletivas; e, de igual modo, em razão do exercício de um dever que, também, incumbe à imprensa desempenhar. A preocupação, que está entre as suas atribuições de orientar e conduzir a opinião da sociedade na busca e na realização do que lhe parecer melhor para ela, pode, eventualmente, levar os jornais a cometer equívocos como esse.

O episódio eleitoral trazido à discussão no encontro serve, entretanto, para assinalar as falhas a que podem estar sujeitos os jornais, mas reflete, também, a preocupação dos que os editam e dirigem em transformá-los em um instrumento a serviço da comunidade. A liberdade de imprensa constitui uma conquista da sociedade, é um atributo seu, e em seu nome e a favor do seu exclusivo interesse é que se procura ajustá-la. Este o sentido que a caracteriza, aqui como em toda parte, como uma espécie de poder independente dentro do Estado.

Quando os jornais reúnem-se para debater e discutir a sua qualidade técnica, o seu aperfeiçoamento editorial e se procura situá-los no quadro de transformações da sociedade brasileira, como se fez nesse encontro nacional, o que se tem em vista, justamente, é o desempenho de uma missão que embora sujeita em qualquer lugar a eventuais equívocos, está subordinada antes de tudo ao interesse social e à defesa de um valor - a liberdade - que a sociedade reputa como atributo indispensável à concretização dos seus ideais de justiça e igualdade.

Transcrito de "A Tarde",
Salvador, 24.11.85.